

CONGRESSO REALIZA PRIMEIRA CONFERÊNCIA SOBRE LEI AGRÍCOLA

Em 30 de outubro a Câmara e o Senado realizaram a reunião do comitê de conferência entre as duas casas para negociar uma versão final da lei agrícola norte. O comitê de conferência, formado por 41 membros do congresso de ambos os partidos, foi incumbido de encontrar um caminho para aprovar o projeto da lei agrícola sobre a agricultura, nutrição e a política de conservação para os próximos cinco anos.

Por enquanto não há data estabelecida para a próxima reunião, que deverá acontecer na terceira semana de novembro. Foram nomeados como líderes da conferência os Congressistas Lucas, Peterson, e Senadores Stabenow e Cochran.

O Senado aprovou a versão da proposta da lei agrícola em junho e a Câmara em julho. A versão da Câmara anula a lei agrícola permanente de 1949 e estabelece novos requisitos de análise econômica e científica sobre a nova Lei da Segurança Alimentar (FSMA). A medida da Câmara também inclui a prorrogação de dois anos dos pagamentos diretos para os fazendeiros de algodão, ao passo que o Senado elimina imediatamente estes subsídios. Além disso, a proposta da Câmara não contém mudanças no programa de *General Sales Manager (GSM-102)*, que foi parte da disputa na Organização Mundial de Comércio (OMC). O programa do GSM-102 garante empréstimos comerciais para exportações de *commodities*. Outra diferença entre as duas versões é o suporte ao programa de nutrição, conhecido como SNAP, em inglês. As reformas da Câmara sobre o

SNAP resultariam em cortes de US\$40 bilhões em dez anos. Em comparação, o Senado reduziria o suporte ao programa em apenas US\$4 bilhões no mesmo período. Esta diferença será difícil de conciliar, mas o Congresso está otimista que uma nova lei agrícola resultará das atuais negociações.

A Senadora Debbie Stabenow, presidente do Comitê de Agricultura no Senado, espera chegar a um acordo sobre a lei agrícola antes do feriado de Ação de Graças (28 de novembro) para, desta forma, aplicar as reduções orçamentárias alcançadas nas negociações do orçamento geral, diminuindo o impacto dos cortes automáticos, conhecidos como "sequestro". Os Congressistas que fazem parte do processo de conferência estão confiantes que até o fim de dezembro eles conseguirão alcançar um acordo.

Contudo, os Estados Unidos quebraram em setembro e outubro o acordo temporário que haviam firmado com o Brasil, ao permitirem o *default* no pagamento compensatório ao país no contencioso do algodão. Fontes informadas afirmam que o Departamento de Agricultura (USDA) está usando esta tática para pressionar o Congresso a aprovar a nova lei agrícola. A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do Brasil se reunirá dia 28 de novembro, e apresentará sua recomendação à presidente Dilma sobre a retaliação aos Estados Unidos até 30 de novembro.

Para acessar a lista dos membros do comitê de conferência, [acesse](#).

Nesta Edição

Comitê de Finanças do Senado realiza audiência sobre T-TIP	Pág. 02
Bancada parlamentar de apoio à TPP e a TPA	Pág. 02
EUA e União Europeia anunciam nova rodada de negociações	Pág. 04
FDA emite nova proposta regulamentar, prorroga consulta pública	Pág. 04
Relatório conclui que países não estão manipulando o câmbio	Pág. 05
Relação diplomática entre Brasil e EUA continua firme	Pág. 07
Departamento de Comércio planeja missão de aviação ao Brasil	Pág. 07



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

CONGRESSO

Comitê de Finanças do Senado realiza audiência sobre T-TIP

No dia 30 de outubro de 2013, o Comitê de Finanças do Senado norte-americano realizou uma audiência pública para discutir o andamento das negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (*Transatlantic Trade and Investment Partnership - TTIP*).

O presidente do comitê, o senador democrata Max Baucus, e o Senador republicano, Orrin Hatch, destacaram a forte relação econômica já existente entre os Estados Unidos e a União Europeia e também expressaram o seu apoio a TTIP. Eles afirmaram que a TTIP é uma grande oportunidade para estimular a economia dos Estados Unidos e criar milhares de novos empregos em todo o país. Eles disseram que o novo acordo comercial poderia aumentar as exportações para a União Europeia em um terço e adicionar mais de 100 bilhões de dólares por ano para o PIB dos EUA.

No entanto os senadores advertiram que para a TTIP alcançar o seu potencial, existem uma série de desafios que devem ser tratados, como por exemplo, as “barreiras [da UE] não-científicas e injustificadas contra as exportações agrícolas dos EUA, incluindo carne bovina e de aves.” Outro desafio apontado pelo comitê é o de propriedade intelectual. Eles advertiram que é essencial que a TTIP reflita o mais alto padrão de proteção de direitos de propriedade intelectual de qualquer acordo prévio. Os dois senadores concordaram que para aprovarem a TTIP, o Congresso norte-americano deve trabalhar para conseguir a renovação da Autoridade de Promoção Comercial o mais rápido possível.

Bancada parlamentar de Apoio à TPP e a TPA

No dia 29 de outubro um grupo parlamentar bipartidário formado pelos deputados Dave Reichert (republicano de Washington), Ron Kind (democrata de Wisconsin), Charles Boustany (republicano de Louisiana) e Gregory Meeks (democrata de Nova Iorque), lançou uma nova iniciativa que visa reforçar o apoio do Congresso nas negociações da Parceria Transpacífica (*Trans-Pacific Partnership – TPP*).

Os deputados Reichert e Boustany, co-presidentes desta bancada parlamentar recém-formada, afirmaram que estão envolvidos em um processo informal para avaliar o apoio dos membros da Câmara de Deputados, de maioria republicana, a um projeto de lei para renovar a autoridade de negociação “fast-track”, também conhecida como Autoridade de Promoção Comercial (*Trade Promotion Authority – TPA*).

Em entrevista, o deputado Boustany disse que com base em seu levantamento inicial, há um bom apoio republicano para a renovação da TPA. Mas ele admitiu que alguns legisladores republicanos poderiam hesitar em estender a autoridade *fast-track* para um presidente democrata.

O Representante Comercial dos Estados Unidos, Michael Froman, disse em um discurso no dia 29 de outubro, que os congressistas não devem tomar uma posição sobre o possível projeto de lei *fast-track* antes de revisarem o texto da legislação que está sendo elaborada pelo Congresso. Na opinião de Froman, tão importante como obter a TPA o mais rápido possível, é assegurar o amplo apoio dos congressistas.

Nesse sentido, Froman tem trabalhado de perto com o presidente do Comitê de Finanças do Senado, Max Baucus (democrata de Montana) e com o presidente do Comitê de Ways and Means da Câmara, Dave Camp (republicano de Michigan), em busca de um apoio bipartidário e bicameral para TPA. Enquanto isso, os 12 países integrantes da TPP, incluindo os Estados Unidos, realizarão uma série de reuniões durante o mês de novembro sobre vários aspectos das negociações em curso.

28 outubro - 1 novembro	Regras de Origem	México, México
30 outubro - 2 novembro	Compras Governamentais	Washington, DC
4 novembro - 7 novembro	Empresas Estatais	Santiago, Chile
6 novembro - 9 novembro	Investimento	Washington, DC
12 novembro - 18 novembro	Regras de Origem	Salt Lake City, UT
19 novembro - 24 novembro	Encontro dos principais negociadores e peritos	Salt Lake City, UT

Relatórios do Serviço de Pesquisas do Congresso (CRS)

- Lei Agrícola 2013: questões orçamentárias

A aprovação da Lei Agrícola esse ano apresenta problemas adicionais devido à discussão sobre o teto da dívida federal. Grande parte do debate tem sido como adequar o cenário político atual - de sequestro e reduções orçamentárias - com a aprovação da lei, o que pode significar a redução do financiamento de programas agrícolas e nutricionais atualmente existentes.

Para maiores informações, [acesse](#).

- Comparação das propostas de Lei Agrícola 2013 do Senado e Câmara dos Representantes

O relatório traz uma breve visão geral do impacto orçamentário e comparação das propostas de Lei Agrícola 2013 aprovadas em cada uma das Casas do Congresso. Dentre as disposições aprovadas, estão sugestões para reformulação da estrutura de suporte de commodities agrícolas, ampliação da cobertura de seguro de colheitas, revisão da assistência nutricional, etc.

Para maiores informações, [acesse](#).

- Fraturamento hidráulico: questões legais

O relatório centra-se em questões legais relacionadas à utilização do fraturamento hidráulico. Primeiramente, examina as principais leis ambientais impostas pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) que contêm requisitos a serem observados para a utilização da técnica. Também se discutem questões que envolvem a regulação do fraturamento hidráulico por leis estaduais e locais e a responsabilidade civil por danos causados pela exploração de petróleo e gás.

Para maiores informações, [acesse](#).

- Resumo dos Programas Federais de incentivo à eficiência energética e energia renovável

Descrição dos programas federais que fornecem subvenções, empréstimos, garantia de empréstimos e outros incentivos diretos ou indiretos para a eficiência energética, conservação de energia e energia renovável. Para cada programa, o relatório lista a Agência Reguladora competente, o estatuto pertinente, o valor de financiamento anual e a data de expiração do programa.

Para maiores informações, [acesse](#).

EXECUTIVO

EUA e União Europeia anunciam nova rodada de negociações

O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (*U.S. Trade Representative – USTR*) anunciou que estará realizando a segunda rodada de negociações com a União Europeia, a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) entre 11-15 de novembro em Bruxelas. Serão discutidas as áreas de serviços, investimento, energia, matérias primas e assuntos regulatórios. Além disto, no mês de novembro os negociadores de ambos os países conduzirão negociações sobre outros tópicos. De acordo com o anúncio do USTR, estas negociações não puderam ser realizadas e foram postergadas devido ao fechamento parcial do governo norte-americano no mês de outubro. Logo antes da paralização do governo dos Estados Unidos, os negociadores discutiram o tema de compras governamentais.

Os governos dos Estados Unidos e União Europeia realizarão, em conexão com a segunda rodada, um evento em Bruxelas para as partes interessadas no dia 15 de novembro e a terceira rodada de negociações será realizada em 16-20 de dezembro, em Washington, D.C.

Enquanto isso, grupos empresariais com interesse nas negociações com a União Europeia, destacaram a importância de incluir o monitoramento e repercussões criminais no acordo TTIP para prevenir roubos de segredos comerciais. Os representantes do setor privado pediram aos negociadores que se comprometam a trabalhar juntos para proteger segredos comerciais em outros países, através de um relatório conjunto que avaliaria as leis atuais destes países e também através de ações de colaboração entre as duas partes e outros governos simpatizantes. De acordo com fontes informadas, a União Europeia e os Estados Unidos visam alcançar especialmente os BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China com a proposta. Além desta questão, os grupos pediram que a TTIP proteja a propriedade intelectual e esteja de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio.

FDA emite nova proposta regulamentar, prorroga consulta pública

A Agência de Alimentos e Medicamentos (*Food and Drug Administration – FDA*) publicou dia 29 de outubro a nova proposta de controles preventivos para alimentos consumidos por animais, "*Current Good Manufacturing Practice and Hazard Analysis and Risk-Based Preventive Controls for Food for Animals*". Os comentários públicos sobre esta consulta pública deverão ser entregues até 26 de fevereiro de 2014.

A FDA também realizará reuniões públicas a respeito da nova proposta dia 21 de novembro em College Park, Maryland; em 25 de novembro em Chicago, Illinois; e 6 de dezembro em Sacramento, Califórnia.

Esta nova regra proposta irá colocar novas exigências em todos os fabricantes de alimentos que utilizam sobras de alimentos para a alimentação animal, fabricação de ração animal, ou fornecem ingredientes para utilização na alimentação animal. Todas essas instalações seriam obrigadas a ter em escrito planos que identifiquem os perigos, especifiquem as medidas que serão postas em prática para minimizar ou prevenir os riscos, identifiquem os procedimentos e resultados de monitoramento de riscos, e especifiquem quais ações serão tomadas para corrigir os problemas que surgem.

Além disso, a FDA também anunciou a prorrogação do prazo para comentários públicos sobre as regras de fornecedores estrangeiros e certificação de terceiros para mais 60 dias, ou seja, até janeiro de 2014.

Relatório conclui que países não estão manipulando câmbio

O Departamento do Tesouro emitiu seu relatório semi-anual que analisa se os países que são parceiros comerciais estão manipulando o câmbio entre sua moeda e o dólar, a fim de prevenir ajustes efetivos no balanço de pagamentos ou para ganhar vantagem competitiva injusta sobre o comércio.

Embora o relatório aponte alguns assuntos que exigirão atenção, anunciou também que atualmente não há países que estejam usando de tais táticas. Sobre o Brasil, o relatório comunicou que o país mantém um regime de câmbio flutuante, mas que nos últimos dois anos tem havido esforços para administrar o câmbio, e que a moeda caiu 8.1% comparada com o dólar neste ano.

Quanto à China, o relatório notou que a moeda chinesa continua a apreciar contra o dólar, mas não tanto quanto necessário. O relatório cita evidências de que a China iniciou compras de grande escalão de moeda estrangeira este ano, sugerindo que a moeda está significativamente subvalorizada. Contudo, o Fundo Monetário Internacional concluiu um estudo em julho que o yuan está moderadamente subvalorizada numa proporção de 5-10%.

O relatório abrange a Ásia (China, Japão, Coreia do Sul e Taiwan), Europa (Reino Unido, etc) e o Hemisfério Ocidental (Brasil, Canadá e México).

O relatório pode ser visualizado na íntegra no [site](#).

Reinício das negociações sobre a expansão do International Technology Agreement (ITA)

Entre 21 e 24 de outubro, ocorreu a reunião em Genebra para tratar sobre a expansão dos produtos contemplados pelo Acordo de Tecnologia da Informação (ITA). As negociações foram organizadas pela missão do Japão, um dos mais fortes defensores da expansão do ITA. Foi a primeira reunião ocorrida desde julho, quando as negociações foram suspensas devido à resistência chinesa em eliminar tarifas sobre dezenas de produtos propostos por outros participantes.

Grande parte da discussão foi centrada na nova lista de produtos sensíveis apresentada pela China, na qual o país propõe períodos para eliminação tarifária gradativa (*phaseout*) mais longos do que o considerado aceitável pelos demais integrantes do ITA.

A lista revisada da China classifica como sensível cerca de 140 linhas tarifárias de um total de 250 itens em negociação. A China está buscando exclusões, para cerca de metade desses 140 itens, enquanto que para outras 70 posições pautais, as propostas são de períodos de eliminação tarifária gradativa mais longos. Além disso, desses últimos 70 itens, a China propõe períodos de mais de cinco anos para a eliminação das tarifas de aproximadamente 30 produtos.

Outros participantes hesitaram diante da proposta chinesa, uma vez que muitos dos produtos da lista são bens de consumo com um ciclo de vida curto. Logo, uma eliminação de tarifas com entrada em vigor em mais de cinco anos teria poucos resultados práticos.

Vale lembrar que, inicialmente, da sua lista de 140 produtos sensíveis, a China tentou excluir por completo cerca de 100 itens. Tal medida, caso tivesse sido aceita, teria reduzido significativamente o escopo das negociações para expansão do ITA. Entretanto, depois de conversações bilaterais com os EUA no início de outubro, a China concordou em reduzir em 30% sua lista de exclusões.

A Tailândia foi o participante com a segunda maior lista de sensibilidades, com cerca de 60 itens. Desse total, a proposta inicial era de que 40 fossem excluídos totalmente do âmbito das negociações. Entretanto, a Tailândia

reduziu pela metade o número de exclusões e propôs substitutivamente que esses produtos tenham eliminação tarifária por etapas.

Os outros participantes do ITA – cuja adesão cresceu para 27 membros na OMC, com a adição de Colômbia e Albânia – concordam que a expansão do acordo terá três modalidades de eliminação tarifária.

Os phaseouts serão de três anos para os itens não-sensíveis; cinco anos para os itens sensíveis e mais de cinco anos para os casos excepcionais.

Mas os participantes ainda precisam negociar os produtos que se enquadrarão em cada modalidade. Além disso, é incerto se essa negociação estará concluída a tempo para a Reunião Ministerial da OMC em Bali, em dezembro de 2013.

Autoridades ligadas às negociações sinalizaram que o ritmo das negociações na última reunião foi mais lento do que eles esperavam, e que o trabalho deve ser de acelerado para a próxima rodada (a ser realizada entre 11 e 20 novembro) se os participantes quiserem concluir um acordo antes da reunião de Bali.

Vazamento do projeto de proposta na regulamentação do RFS para 2014 gera preocupação para o setor de biocombustíveis

O Programa de Normas para Combustíveis Renováveis (Renewable Fuel Standard - RFS) é uma lei que exige as refinarias comprarem combustíveis alternativos feitos de milho, soja e outros produtos para reduzir a dependência dos EUA em energia estrangeira. A indústria do petróleo tem pressionado vigorosamente contra o programa.

A Organização da Indústria de Biotecnologia (*Biotechnology Industry Organization*) e o Conselho de Etanol Avançado (*Advanced Ethanol Council*), juntamente com 37 das suas empresas associadas, enviaram uma carta à Casa Branca no dia 29 de outubro expressando preocupações sobre um projeto de proposta para o RFS de 2014, que foi vazado a imprensa no início de outubro.

A carta incentiva a Agência de Proteção Ambiental (EPA) a continuar a abordagem da base de dados que ela já vem utilizando para definir requisitos de volume anuais. Se publicado como regulamento, o projeto da EPA teria como objetivo definir a exigência de volume anual de 23 milhões de galões (aproximadamente 87 milhões de litros) de etanol para biocombustível celulósico, 2,21 bilhões de galões (aproximadamente oito bilhões de litros) de etanol equivalentes de biocombustível avançado, 15,1 bilhões de galões (aproximadamente 57 bilhões de litros) de etanol equivalentes de combustível renovável, e 1,28 bilhões (aproximadamente quatro bilhões de litros) de galões de diesel de biomassa.

Isso seria um desvio considerável nas metas de longo prazo declaradas pelo RFS de reduzir gases de efeito estufa através do uso de combustíveis renováveis, reduzindo o petróleo importado e incentivando o desenvolvimento e expansão do setor de combustíveis renováveis dos EUA. Os requisitos para 2014 incluídos na proposta vazada também são significativamente mais baixos do que os níveis legais de mistura definidos na Lei de Segurança e Independência Energética de 2007, que instituiu o atual programa RFS. Na carta enviada à Casa Branca, o grupo disse que alterar o programa “muito agressivamente neste momento crítico só vai fazer a implantação de biocombustíveis avançados ainda mais desafiadora”.

O Instituto Americano de Petróleo (*American Petroleum Institute*), que representa 500 empresas de petróleo, gás natural e outros grupos, disseram que com pessoas dirigindo menos e com carros com melhor eficiência de

combustível, é mais difícil para as refinarias misturarem o nível de combustível para o abastecimento do motor na taxa de 10% de etanol. Misturas de combustíveis mais elevados, com 15% de etanol, afirmou o Instituto, irão danificar carros ao longo do tempo. A EPA comentou a proposta vazada, sublinhando o compromisso do Presidente Barack Obama de promover o desenvolvimento de todos os biocombustíveis e que nenhuma decisão final ainda foi feita a respeito da proposta de padrões do programa RFS.

Relação diplomática entre Brasil e EUA continua firme

No dia 31 de outubro, a presidente Dilma Rousseff recebeu, no Palácio do Planalto, as credenciais da nova embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Liliana Ayalde. A formalidade indica o início de atividades de Ayalde no País. A embaixadora foi indicada em junho pelo presidente norte-americano Barack Obama para substituir Thomas Shannon, que deixou o Brasil após as revelações de espionagem da Agência Nacional de Segurança norte-americana (*National Security Agency - NSA*) no Brasil. A nova embaixadora admitiu que o momento é delicado para assumir o posto, mas afirmou que vai continuar dialogando para avançar a relação entre os dois países. Ayalde disse que os Estados Unidos respeitam a preocupação do Brasil com espionagem, “algo que tem sido tratado no mais alto nível diplomático.” Ela afirmou ainda que o presidente Obama tem falado com a presidente Rousseff e que o Secretário de Estado norte-americano, John Kerry, é quem está tratando esse tema de “governo para governo.” A nova embaixadora americana concluiu explicando que foi por estas razões que os dois presidentes preferiram adiar a visita da presidente Rousseff a Washington, e que a relação entre Brasil e EUA “vai muito além daquela visita de Estado”.

Departamento de Comércio planeja missão de aviação ao Brasil

O Diário Oficial norte-americano anunciou que o Departamento de Comércio está planejando uma missão comercial ao Brasil em 12-16 de maio de 2014. O objetivo da missão será apresentar as empresas norte-americanas ao mercado crescente no Brasil para produtos e serviços de aviação, incluindo equipamentos para aeroportos, equipamentos e serviços para gerenciamento do tráfego aéreo, e para ajudar as companhias norte-americanas a buscarem oportunidades de exportação neste setor. A missão está sendo desenvolvida especialmente para provedores de serviço e fabricantes norte-americanos do setor aeroespacial e de aviação, com ênfase particular nas pequenas e médias empresas com interesse em oportunidades de longo prazo no Brasil e também entidades que representam tais companhias. De acordo com a nota de Departamento de Comércio, os setores que podem ter maior potencial de exportação incluem o de peças de aviões, aviação empresarial, aviação em geral e helicópteros, gerenciamento do espaço aéreo, equipamento de apoio na base, sistema de cuidados de bagagens, serviço de informação meteorológica, serviço de navegação, e de segurança em aeroportos.

Discussões sobre acordo de livre comércio entre EUA e China

Uma aliança formada por altos executivos e ex-funcionários do governo dos Estados Unidos e China, se comprometeu a pressionar seus respectivos governos em direção ao lançamento da negociação de um acordo de livre comércio (*Free Trade Agreement – FTA*) entre os dois países. A promessa segue o compromisso assumido pelo mesmo grupo em junho deste ano de estudar os benefícios econômicos e potenciais custos mútuos de um FTA bilateral.

A Câmara de Comércio dos Estados Unidos e o Centro Chinês para Intercâmbios Econômicos Internacionais (*China Center for International Economic Exchanges - CCIEE*) emitiram um comunicado conjunto após o 5º Encontro de CEO dos EUA e China e do Diálogo de Ex-Altos Funcionários EUA-China, que aconteceu entre os dias 21 e 22 de outubro, em Washington. Foi afirmado que: “a liberalização do comércio e do investimento obtido no âmbito de um Acordo de Comércio e Investimentos entre os EUA e a China iria promover e reforçar o crescimento econômico, a criação de empregos e as reformas econômicas em ambos os países.”

Na declaração, os dois lados disseram compreender que um acordo global sobre comércio e investimento é um “longo processo”, mas que os EUA e a China “poderiam se beneficiar de acordos provisórios que formariam os blocos de construção para um eventual acordo de comércio e investimento entre os dois países”. O comunicado conjunto da Câmara de Comércio e do CCIEE também sugeriu que selar um acordo sobre compras governamentais seria outro potencial “alicerce” para um acordo comercial mais amplo.

A Câmara e o CCIEE reconheceram que a negociação de um acordo de comércio bilateral representa desafios políticos e econômicos únicos para ambos os países. Mas acreditam que devem, em momento oportuno, “exercer liderança junto a seus respectivos governos na defesa do lançamento das negociações de um Acordo de Comércio e Investimento entre Estados Unidos e China”.

A Câmara de Comércio dos Estados Unidos é um dos principais apoiadores financeiros de um estudo que está sendo realizado pelo Instituto Peterson de Economia Internacional sobre os potenciais benefícios e desvantagens econômicas de um acordo de livre comércio bilateral entre EUA e China.